

Evento promovido por CNseg e iCS reuniu governo, ciência, setor financeiro e empresas para discutir prevenção, transferência de riscos e ampliação da resiliência no Brasil



Embaixador Antonio da Costa e Silva com o microfone

Os eventos climáticos só se transformam em catástrofes quando encontram desigualdade, fragilidade social e baixa capacidade de resposta. A avaliação do embaixador Antonio da Costa e Silva, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério das Cidades, abriu uma discussão mais ampla sobre o papel do seguro na proteção das cidades, da infraestrutura e da produção rural diante do aumento da frequência e da intensidade dos eventos extremos.

O tema esteve no centro do encontro “Riscos Climáticos e o Setor Segurador: como ampliar a resiliência do Brasil?”, realizado nesta quinta-feira (6), no Museu de Arte de São Paulo (MASP), pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), e pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS). A programação reuniu três debates dedicados à proteção financeira diante do El Niño, aos riscos climáticos nas concessões públicas e ao seguro rural.

Costa e Silva defendeu que a adaptação climática precisa considerar a realidade de um país em que 87% da população vive em áreas urbanas, segundo o IBGE. De acordo com ele, os eventos extremos produzem impactos mais severos justamente nos territórios mais vulneráveis, onde a capacidade técnica e financeira de resposta é menor.

“Para o Ministério das Cidades, não há desastres naturais. Os desastres geram catástrofes quando encontram fragilidade social, desigualdade e vulnerabilidade. Nos grandes centros urbanos e nos municípios mais vulneráveis, os principais impactados são sempre aqueles que já estão mais expostos”, afirmou.

O embaixador destacou investimentos em drenagem, contenção de encostas e outras obras de prevenção, além de parcerias voltadas à capacitação dos municípios e ao mapeamento das vulnerabilidades geofísicas. Segundo ele, aproximadamente 20% dos assentamentos informais, favelas e comunidades estão localizados em áreas frágeis. A construção de soluções, acrescentou, precisa ouvir quem vive nesses territórios e incorporar o conhecimento produzido pelas próprias comunidades.

Risco precisa ter preço

Maria Netto, diretora-executiva do iCS, afirmou que os impactos das mudanças climáticas já produzem custos econômicos, fiscais e sociais crescentes. Para ela, preparar o País para esse cenário exige abandonar a lógica baseada apenas no histórico dos eventos passados e incorporar os riscos climáticos ao planejamento da infraestrutura, da agricultura e dos territórios.

“A lógica do seguro é entender que o risco existe, precificar esse risco e, preferencialmente, fazer com que o seguro não precise ser acionado. Isso também ajuda no planejamento”, disse.

Maria defendeu que informações sobre riscos sejam públicas, acessíveis e compreensíveis, permitindo que governos, empresas e comunidades as incorporem às decisões. Na avaliação dela, o seguro não deve ser tratado apenas como uma cobertura posterior à perda, mas como um instrumento capaz de incentivar práticas de resiliência e distribuir os custos de forma mais eficiente. A diretora também chamou atenção para os impactos crescentes sobre a agricultura, a infraestrutura de serviços públicos, a logística, a saúde e os territórios mais vulneráveis.

A dimensão científica desses riscos norteou parte das discussões promovidas no evento. Ao analisar as projeções para o El Niño, Thelma Krug, presidente do Comitê Diretor do Sistema Global de Observação do Clima, da Organização Meteorológica Mundial, alertou que a existência de

incertezas científicas não deve servir como justificativa para adiar medidas preventivas.

Segundo ela, o fenômeno aumenta a probabilidade de eventos extremos, embora não seja possível afirmar de forma categórica onde e quando cada impacto ocorrerá. Essa incerteza torna mais complexa a modelagem dos riscos para o mercado segurador, mas não elimina a necessidade de agir.

“Independentemente da incerteza, sabemos que as coisas podem piorar. Eu não sei dizer exatamente o que vai acontecer, mas sei que vai acontecer. Então precisamos nos preparar de uma maneira totalmente diferente”, afirmou.

A dimensão municipal do problema foi reforçada por André Schelini, diretor técnico do Sebrae, que citou os dados apresentados durante a Marcha dos Prefeitos – evento promovido em Brasília em maio deste ano – segundo os quais 95% dos gestores municipais relataram já ter enfrentado algum tipo de desastre climático. Para o executivo, pequenas empresas, que representam a maior parte dos negócios brasileiros, precisam ser incorporadas às estratégias de adaptação.

“Esses debates precisam alcançar a maioria silenciosa formada pelos pequenos negócios. Muitas vezes, uma inundação ou uma interrupção não representa apenas um prejuízo temporário, mas ameaça a própria continuidade da empresa”, afirmou.

Viviane Torinelli, gerente de Sustentabilidade do Banco Central, acrescentou que a agenda climática precisa deixar de ser tratada como um tema restrito às áreas de sustentabilidade ou conformidade.

“Problemas complexos não são resolvidos de forma isolada. Essa discussão precisa chegar à governança e alimentar a tomada de decisão para se transformar em produtos e encaminhamentos que façam diferença real”, disse.

Risco climático passa a orientar investimentos

Ao abrir o painel dedicado à infraestrutura, Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg, afirmou que os eventos climáticos deixaram de representar uma variável periférica e passaram a influenciar diretamente a viabilidade econômica dos empreendimentos.



Claudia Prates, mais a direita, com o microfone

“Quando analisávamos projetos de infraestrutura, o risco climático já era observado, mas agora ele virou um fator que influencia o fluxo de caixa. Precisamos discutir como o setor segurador pode contribuir para a adaptação e como esses riscos entram na análise e na estruturação dos projetos”, afirmou.

Na avaliação de Claudia, incorporar os riscos climáticos desde a estruturação dos projetos permite melhorar a precificação, orientar decisões de investimento e ampliar a resiliência das concessões públicas.

Luciene Machado, superintendente de Estruturação de Projetos do BNDES, explicou que houve avanço na incorporação do risco climático às análises de crédito, embora o ritmo ainda seja inferior ao necessário. O tema deixou de ser apenas um aspecto qualitativo e passou a influenciar o custo do financiamento, o rating das operações e as intervenções necessárias para preservar os ativos financiados.

“Do ponto de vista da avaliação de crédito, o risco climático deixou de ser apenas um aspecto qualitativo. Hoje estamos mais conscientes de que ele precisa entrar na estruturação financeira e na definição das intervenções necessárias”, afirmou.

Na modelagem de concessões e parcerias público-privadas, porém, Luciene avaliou que o País ainda atravessa uma etapa de sensibilização, especialmente entre estados e municípios que ainda não vivenciaram eventos extremos de grande magnitude.

Se na infraestrutura o desafio é incorporar o risco climático à estruturação dos investimentos, no agronegócios o foco passa por ampliar a capacidade de proteção e diferenciar produtores que investem em práticas capazes de reduzir perdas. Daniel Nascimento, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), afirmou que técnicas como plantio direto, escalonamento, irrigação e rotação de culturas já permitem oferecer condições diferenciadas aos produtores, mas o avanço dessa agenda depende de uma base de dados mais estruturada e de maior previsibilidade para o mercado.

“A seguradora precisa se apropriar das informações coletadas por análise de solo e sensoriamento para oferecer melhores condições e precificar o risco que está aceitando, em vez de tratar todos pela média”, disse.

Daniel acredita que criação de um banco estruturado de dados poderá apoiar o desenvolvimento de seguros paramétricos, coberturas por talhão e novos produtos adaptados aos diferentes perfis de produtores. “O produtor precisa perceber um benefício, seja na produtividade segurada, seja no desconto da taxa. Mas isso depende de uma estrutura permanente, porque, quando há subvenção em um ano e não há no seguinte, não se consegue construir uma relação contínua”, explicou.

Além do aperfeiçoamento dos produtos, os participantes defenderam maior coordenação entre governo, instituições financeiras, cooperativas, seguradoras e produtores para ampliar a cobertura do seguro rural. João José Prieto Flávio, gerente técnico e econômico do Sistema OCB, defendeu uma agenda conjunta entre os diferentes atores do setor.

“Se todos dizem que o setor rural é prioridade, precisamos transformar isso em uma agenda real. Temos ferramentas, dados e disposição dos diferentes atores, mas é necessário remar na mesma direção”, afirmou.



Palestrantes da mesa que discutiu o Agronegócio

Ao final, os debates convergiram para um mesmo diagnóstico: adaptar o Brasil às mudanças climáticas exige integrar ciência, dados, financiamento e gestão de riscos. Nesse contexto, o seguro deixa de atuar apenas na reparação de perdas e passa a participar das decisões que antecedem o investimento, a concessão de crédito e o planejamento dos territórios.

O encontro integrou a programação da CNseg durante a Semana do Clima de São Paulo, que reúne representantes do setor público, comunidade científica, mercado financeiro e setor segurador para discutir soluções voltadas ao fortalecimento da resiliência climática no Brasil.

Fonte: CNseg, em 07.08.2026.